

O PROJETO DE EXTENSÃO PACIENTES JURÍDICOS SOBRE A LUZ DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA E ACESSO À SAÚDE: RELATO DE EXPERIÊNCIA.

MANOELA DAMÉ CORRÊA¹;SAMIRA RIBES KOHN²; MARINA NOGUEIRA MADRUGA³

¹*Universidade Católica de Pelotas – manoela.correa@sou.ucpel.edu.br*

²*Universidade Católica de Pelotas – samira.kohn@sou.ucpel.edu.br*

³*Universidade Católica de Pelotas – marina.nogueira@ucpel.edu.br*

1. INTRODUÇÃO

A Constituição Federal reconhece o Direito à saúde como um direito universal e um dever do Estado, conforme o artigo 6º. De acordo com o artigo 196 do mesmo diploma normativo, a saúde deve ser garantida por meio de políticas sociais e econômicas que assegurem acesso universal e igualitário aos serviços de promoção, proteção e recuperação da saúde, a partir do Sistema Único de Saúde (SUS).

Entretanto, devido a desigualdades socioeconômicas, problemas orçamentários e a falta de políticas públicas adequadas, uma parte significativa da população ainda não consegue acessar os serviços de saúde, que deveriam ser gratuitos e de qualidade.

Assim, apesar de ser um direito fundamental, o SUS enfrenta dificuldades para atender a todas as demandas, resultando em falhas tanto na qualidade dos serviços quanto no acesso a atendimentos médicos, tratamentos, cirurgias e medicamentos em filas de espera que demoram significativo tempo para atendimento. Desta realidade, se tem como alternativa viável a garantia de direitos, a judicialização de casos que envolvem a garantia e promoção de saúde.

Frente a essa realidade em que pessoas vulneráveis enfrentam dificuldades de acesso à saúde, o Projeto de Extensão "Pacientes Jurídicos", vinculado ao Serviço de Assistência Jurídica e ao Curso de Direito da Universidade Católica de Pelotas, oferece suporte jurídico, visando atender questões essenciais relacionadas à saúde.

Nesse sentido, o resumo "Projeto de Extensão Pacientes Jurídicos sobre a luz dos direitos fundamentais da dignidade da pessoa humana e acesso à saúde: relato de experiência de discentes extensionistas", visa relatar a experiência de ensino-aprendizagem sobre conteúdos teóricos de acesso à justiça para assegurar dignidade humana e direito à saúde frente a experiência prática junto ao atendimento comunitário e jurídico de duas alunas inseridas no Projeto de Extensão Pacientes Jurídicos, que atendem a comunidade na Unidade Básica de Saúde da Sanga Funda e no Serviço de Assistência Jurídica da UCPel.

Para dar conta do objetivo principal, parte com seguinte questionamento: "de que maneira o Projeto de Extensão Pacientes Jurídicos impacta a população no cumprimento das demandas na área da saúde, levando em consideração ser direito fundamental?".

Em busca dessa resposta sobre a conexão do acesso à justiça e a garantia dos direitos fundamentais na experiência extensionista, deve-se observar que esta proporciona um espaço de aprendizagem prático que possibilita a reflexão crítica, o desenvolvimento de habilidades jurídicas e a construção de soluções para problemas sociais, promovendo a conscientização e o empoderamento das

comunidades atendidas, além da efetiva garantia ao direito à vida e acesso à saúde.

2. METODOLOGIA

Neste relato de experiência se pretende apresentar: a) a contextualização do processo de ensino-aprendizagem das alunas extensionistas e os objetivos do Projeto de Extensão Pacientes Jurídicos; b) a descrição da experiência; c) a análise reflexiva e d) os resultados e impactos do projeto na comunidade e na extensão universitária.

Para dar conta dos itens “c” e “d”, respectivamente análise reflexiva e resultados, procedeu-se a um levantamento de dados do semestre de 2023/2 da judicialização de casos que envolvem saúde pelo projeto junto ao Serviço de Assistência Judiciária.

Com o objetivo de contribuir, o texto visa destacar a importância dos projetos de extensão para conexão entre a teoria e a prática dos alunos, além de fortalecer o atendimento à comunidade local através de apoio jurídico para acessar serviços de saúde, proporcionando um contato direto com a comunidade e com a realidade socioeconômica da região, enriquecendo a formação humanística e prática jurídica das discentes.

3. RELATOS E IMPACTOS GERADOS

Os tópicos a seguir pretendem dar conta deste relato de experiência para apresentar os impactos da extensão na formação acadêmica e na efetivação de direitos sociais junto à comunidade:

3.1. A contextualização do processo de ensino-aprendizagem das alunas extensionistas e os objetivos do Projeto de Extensão Pacientes Jurídicos:

Os principais objetivos do Projeto, conectados com objetivos de Ensino aprendizagem através da prática extensionista são: a) atendimento jurídico, orientação e assessoramento à comunidade hipossuficiente do bairro Sanga Funda na Unidade Básica de Saúde; b) fortalecer os vínculos interdisciplinares entre os cursos de direito e medicina; c) permitir aos estudantes envolvidos no projeto um aprendizado alicerçado na vivência comunitária e interdisciplinar; d) potencializar a estrutura física das Unidades Básicas de Saúde de responsabilidade da Universidade Católica de Pelotas; e) oportunizar a aproximação dos estudantes do curso de Direito da Universidade Católica de Pelotas, desde o início do curso, com a realidade socioeconômica local, potencializando sua formação humanística.

Conectando as alunas extensionistas do Curso de Direito com a realidade da comunidade, o projeto contribui tanto para a região quanto para o desenvolvimento da prática jurídica, pois essa experiência oferece a nós estudantes uma visão prática dos desafios cotidianos que não estão nos livros, estimulando uma reflexão crítica sobre o direito social e o acesso à justiça.

A vivência comunitária e interdisciplinar pretende desenvolver as habilidades esperadas de um profissional do Direito, fortalecendo o acesso à justiça e promovendo a dignidade humana e o direito à vida.

3.2. A descrição da experiência e a análise reflexiva:

A participação das extensionistas acontece com um encontro semanal de modo presencial na universidade, além de uma visita *in loco* na Unidade Básica de Saúde Sanga Funda para atendimento das demandas mensais.

Somos responsáveis pelas seguintes atividades: atendimentos iniciais da demanda, solicitação de documentos, elaboração de peça inicial, análise de processos, discussão acerca da omissão dos Entes Públicos, instrução da comunidade acerca do direito à saúde (presencial e online pela rede social do Projeto).

Primeiramente, sobre a análise dos casos e processos, o trabalho desempenhado pelos extensionistas, é em um primeiro momento realizar atendimento no Serviço de Assistência Judiciária da Universidade Católica de Pelotas ou na Unidade Básica de Saúde da Sanga Funda, após análise do caso trazido pelo assistido, se constatada a necessidade - caso o assistido tenha esgotado todas as possibilidades administrativas e extrajudiciais e entregue a documentação jurídica necessária -, ingressa-se com a demanda judicial e consequentemente o acompanhamento do processo.

Ainda, temos a discussão acerca da omissão dos Entes Públicos; neste tópico, debate-se sobre a falta de investimento e interesse da Administração Pública (nas três esferas) em fornecimento de insumos e tratamentos na área da saúde. Constatase nesta parte que a maioria dos processos os quais ingressamos seriam facilmente resolvidos se existisse uma maior atenção dos Entes nas demandas de assistência básica de saúde.

Além disso, realizamos atividades de informação junto à comunidade sobre direitos relacionados à saúde, tanto de modo presencial durante os atendimentos, como de modo virtual por rede social, até elaboração de materiais, folders, modelos de laudos instrutivos.

Como último ponto, tem-se a observância prática do Projeto, onde se procura debater sobre casos reais atendidos pelo grupo e pesquisas de jurisprudências semelhantes para análise.

3.3 Os resultados e impactos do projeto na comunidade e na extensão universitária:

Em levantamento dos dados relativos ao segundo semestre de 2023 relacionados ao Projeto, colhidos da base de dados semestral que fazem levantamento as extensionistas e coordenadora responsável, se tem 23 (vinte e três) processos em tramitação na Justiça Estadual e Federal, sendo elas: 8 (oito) demandas de consultas e exames, 7 (sete) demandas de medicamentos, 6 (seis) demandas de cirurgias e 2 (duas) demandas de insumos.

O que se percebe pelos números de apenas um semestre é a necessidade de acesso a demandas básicas de atendimento via SUS em que as pessoas vulneráveis e hipossuficientes aguardam para atendimento a mais do que o prazo razoável, ferindo o direito à saúde e necessitando buscar acesso à Justiça para proteção.

4. CONSIDERAÇÕES

Por fim, concluímos que os projetos de extensão são de suma importância na vida acadêmica dos alunos. Através do Projeto de Extensão Pacientes Jurídicos nós adquirimos conhecimento e experiência em relação ao

funcionamento do direito, desde o atendimento do assistido até o acompanhamento processual.

Além disso, o Projeto possui grande relevância social, uma vez que além de possibilitar o acesso gratuito para pessoas hipossuficientes, ele leva o atendimento até a comunidade local da região da Sanga Funda, tornando a assistência judiciária humanizada e acessível para aqueles que não possuem meio para deslocar-se até a Ucpel.

Tais experiências permitem que nós tenhamos uma formação além da teoria, aprendendo na prática o funcionamento da profissão, bem como nos ensina a termos criticidade e tato ao lidar com a demanda de cada assistido, moldando-nos para um olhar mais humanizado e individualizado - que nos faz entender que cada caso é único.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: out. de 2023.

BRASIL. Lei n.º 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes. Diário Oficial da União: 20 set. 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm. Acesso em: out. de 2023.

FERRAZ, Octávio Luiz Motta. Para equacionar a judicialização da saúde no Brasil. **Revista Direito GV**, v. 15, n. 3, 2019.

FILPO K, MIRANDA MG, SILVA RB, PEREIRA, TR. **Direitos humanos e fundamentais em perspectiva.** Rio de Janeiro: Ágora 21. 2019. 802 p.

LENZA, Pedro. **Direito Constitucional:** Coleção Esquematizado. 27. São Paulo: SaraivaJur, 2023.